

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	45
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	47
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.651.387.796
Preferenciais	0
Total	1.651.387.796
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.897.685	1.819.764
1.01	Ativo Circulante	75.703	44.045
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	47.911	12.230
1.01.03	Contas a Receber	21.939	25.887
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	21.939	25.887
1.01.03.02.01	Contas a Receber	21.923	25.887
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	16	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.433	2.224
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.433	2.224
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.018	3.443
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	402	261
1.01.08.03	Outros	402	261
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	163	0
1.01.08.03.02	Outros Créditos	239	261
1.02	Ativo Não Circulante	1.821.982	1.775.719
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	168.286	154.604
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	26.009	24.767
1.02.01.01.03	Aplicação Financeira Vinculada	26.009	24.767
1.02.01.03	Contas a Receber	0	1.123
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	1.123
1.02.01.06	Tributos Diferidos	114.015	102.564
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	114.015	102.564
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	6.688	7.675
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	21.574	18.475
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	21.574	18.475
1.02.03	Imobilizado	4.452	4.615
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.452	4.615
1.02.04	Intangível	1.643.732	1.609.043
1.02.04.01	Intangíveis	1.643.732	1.609.043
1.02.05	Diferido	5.512	7.457

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.897.685	1.819.764
2.01	Passivo Circulante	173.979	211.518
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.849	6.786
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.849	6.786
2.01.02	Fornecedores	14.710	25.477
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.710	25.477
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.261	4.936
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.261	4.936
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	56.558	54.378
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	56.578	54.400
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	56.578	54.400
2.01.04.02	Debêntures	-20	-22
2.01.05	Outras Obrigações	22.251	46.036
2.01.05.02	Outros	22.251	46.036
2.01.05.02.04	Fornecedores - Partes Relacionadas	3.860	28.990
2.01.05.02.05	Cauções Contratuais de Fornecedores	11.790	10.987
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	5.424	4.927
2.01.05.02.07	Taxa de Fiscalização	1.177	1.132
2.01.06	Provisões	70.350	73.905
2.01.06.02	Outras Provisões	70.350	73.905
2.01.06.02.04	Provisão para investimentos em rodovias	32.084	31.734
2.01.06.02.05	Provisão para manutenção em rodovias	38.266	42.171
2.02	Passivo Não Circulante	762.871	1.085.530
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	670.410	638.049
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	601.347	572.308
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	601.347	572.308
2.02.01.02	Debêntures	69.063	65.741
2.02.02	Outras Obrigações	0	357.683
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	357.683
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	357.683
2.02.04	Provisões	92.461	89.798
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.548	4.366
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	759	663
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	786	749
2.02.04.01.05	Contingências Regulatórias	3.003	2.954
2.02.04.02	Outras Provisões	87.913	85.432
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	87.913	85.175
2.02.04.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	0	257
2.03	Patrimônio Líquido	960.835	522.716
2.03.01	Capital Social Realizado	1.166.385	706.001
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-205.550	-183.285

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	111.248	227.202	88.093	169.226
3.01.01	Serviços Prestados	75.988	150.660	63.271	126.449
3.01.02	Receitas dos Serviços de Construção	39.380	84.194	27.999	49.135
3.01.03	Receitas Acessórias	2.913	6.368	2.757	5.522
3.01.04	Deduções dos Serviços Prestados	-7.033	-14.020	-5.934	-11.880
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-91.167	-198.754	-89.358	-171.689
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-51.787	-114.560	-61.359	-122.554
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-39.380	-84.194	-27.999	-49.135
3.03	Resultado Bruto	20.081	28.448	-1.265	-2.463
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.266	-11.217	-4.792	-8.569
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.748	-12.019	-4.733	-8.542
3.04.02.01	Remuneração da Administração	-452	-1.056	-469	-932
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.296	-10.963	-4.258	-7.604
3.04.02.03	Tributárias	0	0	-6	-6
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	482	802	-59	-27
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.815	17.231	-6.057	-11.032
3.06	Resultado Financeiro	-20.510	-50.947	-31.105	-60.353
3.06.01	Receitas Financeiras	1.540	2.973	3.264	6.109
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.050	-53.920	-34.369	-66.462
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.695	-33.716	-37.162	-71.385
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.925	11.451	12.633	24.269
3.08.02	Diferido	1.925	11.451	12.633	24.269
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.770	-22.265	-24.529	-47.116
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.770	-22.265	-24.529	-47.116
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0026	0,0191	0,0462	0,08875

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-3.769	-22.265	-24.529	-47.116
4.03	Resultado Abrangente do Período	-3.769	-22.265	-24.529	-47.116

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-108.298	-1.999
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	69.549	50.969
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-22.265	-47.116
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	51.931	43.555
6.01.01.03	Baixa de ativos permanentes	2.090	155
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-11.451	-24.269
6.01.01.06	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-1.369	-752
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre mútuos	16.406	31.491
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de empréstimos	30.559	23.991
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de debêntures	2.058	5.190
6.01.01.10	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	3.899	1.641
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.669	325
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	-3.978	16.758
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-179.404	-46.876
6.01.02.01	Contas a receber	4.105	1.201
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-16	0
6.01.02.03	Impostos a recuperar	1.673	-4.771
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-105	-373
6.01.02.06	Fornecedores	-4.822	-591
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	-1.002	775
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	559	-3.116
6.01.02.09	Obrigações sociais	63	54
6.01.02.10	Obrigações fiscais	-5.261	79
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-111	4.926
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-1.487	-540
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais	-173.000	-44.520
6.01.03	Outros	1.557	-6.092
6.01.03.02	Despesas antecipadas	412	-7.205
6.01.03.04	Outros créditos	22	3
6.01.03.05	Outras contas a receber	1.123	1.110
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-94.622	-51.004
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-198	-334
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-93.669	-48.912
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-3.507	-1.758
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	2.752	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	238.601	49.675
6.03.01	Captações de empréstimos	51.865	0
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-24.843	-23.325
6.03.05	Pagamentos de debêntures - principal	20.000	-100.000
6.03.06	Pagamentos de debêntures - juros	4.657	0
6.03.08	Pagamentos de principal - empresas ligadas	-20.000	0
6.03.09	Pagamentos de juros - empresas ligadas	141.414	0
6.03.14	Aumento de Capital	65.000	173.000
6.03.15	Risco Sacado	508	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	35.681	-3.328
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.230	13.846
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	47.911	10.518

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	706.001	0	0	-183.285	0	522.716
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	706.001	0	0	-183.285	0	522.716
5.04	Transações de Capital com os Sócios	460.384	0	0	0	0	460.384
5.04.01	Aumentos de Capital	460.384	0	0	0	0	460.384
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.265	0	-22.265
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.265	0	-22.265
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.166.385	0	0	-205.550	0	960.835

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	473.001	0	0	-89.079	0	383.922
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	473.001	0	0	-89.079	0	383.922
5.04	Transações de Capital com os Sócios	173.000	0	0	0	0	173.000
5.04.01	Aumentos de Capital	173.000	0	0	0	0	173.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-47.116	0	-47.116
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-47.116	0	-47.116
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	646.001	0	0	-136.195	0	509.806

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 30/06/2017	Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	241.899	181.079
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	150.660	126.449
7.01.02	Outras Receitas	91.239	54.630
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	84.194	49.135
7.01.02.03	Receitas acessórias	7.045	5.495
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-136.208	-115.798
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.008	-11.819
7.02.04	Outros	-124.200	-103.979
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-84.194	-49.135
7.02.04.02	Custo dos Serviços Prestados	-32.667	-28.109
7.02.04.03	Custo da Provisão para Manutenção	3.978	-16.758
7.02.04.04	Custo da Concessão	-11.317	-9.977
7.03	Valor Adicionado Bruto	105.691	65.281
7.04	Retenções	-51.931	-43.555
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-51.931	-43.555
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	53.760	21.726
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.953	11.341
7.06.02	Receitas Financeiras	2.973	6.109
7.06.03	Outros	1.980	5.232
7.06.03.01	Juros Capitalizados	1.980	5.232
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	58.713	33.067
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	58.713	33.067
7.08.01	Pessoal	21.999	20.583
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.253	15.205
7.08.01.02	Benefícios	4.612	4.259
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.134	1.119
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.887	-12.354
7.08.02.01	Federais	-4.865	-18.882
7.08.02.02	Estaduais	1	1
7.08.02.03	Municipais	7.751	6.527
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	39.686	40.463
7.08.03.01	Juros	32.617	29.193
7.08.03.02	Aluguéis	613	510
7.08.03.03	Outras	6.456	10.760
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados BNDES	717	2.765
7.08.03.03.03	Juros Capitalizados Debêntures	1.263	2.468
7.08.03.03.06	Outras	4.476	5.527
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-22.265	-47.116
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-22.265	-47.116
7.08.05	Outros	16.406	31.491
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	16.406	31.491

Comentário do Desempenho

Autopista Fernão Dias



Pouso Alegre, 09 de agosto de 2017 – A Autopista Fernão Dias S.A. empresa do Grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2017(2T17), período encerrado em 30 de Junho de 2017. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

No 2T17 o tráfego pedagiado foi de 36,2 milhões de veículos equivalentes. Em relação ao 2T16 houve um aumento de 2,9%. Os fatores que influenciaram no desempenho do tráfego estão relacionados principalmente à atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial.

Receita Operacional Bruta

No 2T17 a receita operacional bruta foi de R\$ 118,3 milhões contra R\$ 94 milhões no 1T16, aumento de 25,8%, impactada pelos seguintes motivos:

- Receita de pedágio acrescida em 20,1% decorrente do reajuste da tarifa em 16,7%. Além do aumento no tráfego pedagiado, conforme mencionado acima.
- Em função da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no 2T17 como Receita de Obras R\$ 39,4 milhões ante R\$ 28 milhões no 2T16, (40,6%). Esse aumento foi em decorrência do maior volume de obras executadas ao longo da rodovia, tendo como contrapartida igual montante na rubrica “Custos dos Serviços de Construção”, eliminando assim qualquer efeito sobre o resultado.
- Já as receitas acessórias, advindas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$2,9 milhões, aumento de 5,7% em relação ao 2T16, referente à atualização pelo índice IPCA de alguns contratos vigentes.

Custos e Despesas

Os custos e despesas foram R\$ 70,3 milhões no 2T17 ante R\$ 71,8 milhões no 2T16, redução de 2,1% em relação ao ano anterior. Nos Custos dos Serviços de Construção, houve um aumento de 40,6% se comparado ao mesmo período de 2016, sendo que este custo possui contrapartida como Receita de Obras, a fim de atender a Interpretação Técnica ICPC 01 e eliminando assim qualquer efeito sobre o resultado.

Comentário do Desempenho

Autopista Fernão Dias



- Nos custos dos serviços prestados, houve um aumento de 10,4% equivalente a R\$ 3,2 milhões, em relação ao mesmo período do ano anterior. Este aumento refere-se ao reajuste nos contratos de manutenção e conservação da rodovia, aumento da conservação do revestimento vegetal, além de maiores gastos com pesquisas para desenvolvimento tecnológico.
- Nas despesas administrativas, houve aumento de 25,8% (R\$ 1 milhão) devido às contingências Jurídicas. Esta variação deve-se a revisão da avaliação de risco dos processos cíveis e trabalhistas.
- Na rubrica Provisão para manutenção, houve uma redução de 196%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Devido à revisão da provisão frente à expectativa de manutenção na rodovia, segundo o contrato de concessão.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA e o EBITDA Ajustado tiveram crescimento de 151,7% e 32,8%, respectivamente. Este aumento deve-se ao crescimento da receita, além da revisão da provisão de manutenção conforme mencionado anteriormente.
- Adicionalmente, destacamos que o EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido do 2T17 foi de R\$ 20,5 milhões negativos, R\$ 10,5 milhões menor, que o apurado no mesmo período do ano anterior, decorrente da redução de juros sobre empréstimos, principalmente devido à integralização de empréstimos com partes relacionadas (Mútuos/Debentures privadas), que existiam junto à controladora.

Prejuízo do Período

- A Concessionária encerrou o 2T17 com prejuízo de R\$ 3,8 milhões contra o prejuízo de R\$ 24,5 milhões registrado no 2T16, 84,6% menor. Esta redução do prejuízo se deve principalmente ao aumento da receita de pedágio e acessória, além de menor despesa com juros de empréstimos.

Endividamento

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 2T17 em R\$ 726,9 milhões ante R\$ 686,8 milhões registrados no 1T17. Esse aumento de R\$ 40,1 milhões refere-se à nova liberação junto ao BNDES.
- O endividamento líquido da concessionária encerrou o 2T17 em R\$ 653 milhões ante R\$ 641,5 milhões registrados no 1T17. Essa redução se deve a maior disponibilidade de caixa.

Comentário do Desempenho

Autopista Fernão Dias



Investimentos

- No 2T17, foram investidos R\$ 45 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão, destacando-se principalmente a manutenção de pavimento, implantação de dispositivos de Proteção e Segurança, implantação de sinalização, implantação de trevo em desnível, implantação de passarelas, recuperação de terraplenos, estruturas de contenção, execução de sinistros/passivos ambientais, readequação de trevos, e projetos.

Dividendos

Não houve dividendos pagos no período.

Comentário do Desempenho

Autopista Fernão Dias



Veículos Equivalentes	2T17	1T17	2T16	Var% 2T17/1T17	Var% 2T17/2T16	1S17	1S16	Var% 1S17/1S16
Fernão Dias	36.185	35.544	35.153	1,8%	2,9%	71.729	70.291	2,0%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	2T17	1T17	2T16	Var% 2T17/1T17	Var% 2T17/2T16	1S17	1S16	Var% 1S17/1S16
RECBA OPERACIONAL BRUTA	118.281	122.941	94.027	-3,8%	25,8%	241.222	181.106	33,2%
Receitas de pedágio	75.988	74.672	63.271	1,8%	20,1%	150.660	126.449	19,1%
Receitas de obras	39.380	44.814	27.999	-12,1%	40,6%	84.194	49.135	71,4%
Receitas acessórias	2.913	3.455	2.757	-15,7%	5,7%	6.368	5.522	15,3%
DEDUÇÕES DA RECBA	(7.033)	(6.987)	(5.934)	0,7%	18,5%	(14.020)	(11.880)	18,0%
RECBA OPERACIONAL LÍQUIDA	111.248	115.954	88.093	-4,1%	26,3%	227.202	169.226	34,3%
CUSTOS E DESPESAS	(70.325)	(87.716)	(71.837)	-19,8%	-2,1%	(158.041)	(136.703)	15,6%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(34.103)	(33.107)	(30.887)	3,0%	10,4%	(67.210)	(62.797)	7,0%
Custo dos serv. de construção	(39.380)	(44.814)	(27.999)	-12,1%	40,6%	(84.194)	(49.135)	71,4%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(4.994)	(5.367)	(3.970)	-6,9%	25,8%	(10.361)	(7.048)	47,0%
Remuneração da administração	(452)	(604)	(469)	-25,2%	-3,6%	(1.056)	(932)	13,3%
Despesas tributárias	-	-	(6)	-	-	-	(6)	-
Provisão para manutenção em rodovias	8.122	(4.144)	(8.447)	-296,0%	-196,2%	3.978	(16.758)	-123,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	482	320	(59)	50,6%	-916,9%	802	(27)	-3070,4%
EBITDA	40.923	28.238	16.256	44,9%	151,7%	69.161	32.523	112,7%
Margem EBITDA	36,8%	24,4%	18,5%			30,4%	19,2%	
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(26.108)	(25.823)	(22.313)	1,1%	17,0%	(51.931)	(43.555)	19,2%
Depreciação de imobilizado	(192)	(190)	(119)	1,1%	61,3%	(382)	(231)	65,4%
Amortização do intangível	(24.944)	(24.660)	(21.201)	1,2%	17,7%	(49.604)	(41.418)	19,8%
Amortização do diferido	(972)	(973)	(993)	-0,1%	-2,1%	(1.945)	(1.906)	2,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(20.510)	(30.437)	(31.105)	-32,6%	-34,1%	(50.947)	(60.353)	-15,6%
Receitas financeiras	1.540	1.433	3.264	7,5%	-52,8%	2.973	6.109	-51,3%
Despesas financeiras	(22.050)	(31.870)	(34.369)	-30,8%	-35,8%	(53.920)	(66.462)	-18,9%
PREJUÍZO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	(5.695)	(28.022)	(37.162)	-79,7%	-84,7%	(33.717)	(71.385)	-52,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.925	9.526	12.633	-79,8%	-84,8%	11.451	24.269	-52,8%
Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	1.925	9.526	12.633	-79,8%	-84,8%	11.451	24.269	-52,8%
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3.770)	(18.496)	(24.529)	-79,6%	-84,6%	(22.266)	(47.116)	-52,7%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	2T17	1T17	2T16	Var% 2T17/1T17	Var% 2T17/2T16	1S17	1S16	Var% 1S17/1S16
EBITDA ¹	40.923	28.238	16.256	44,9%	151,7%	69.161	32.523	112,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	(8.122)	4.144	8.447	-296,0%	-196,2%	(3.978)	16.758	-123,7%
EBITDA Ajustado ²	32.801	32.382	24.703	1,3%	32,8%	65.183	49.281	32,3%

¹) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

²) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Fernão Dias S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre e
Período de Seis Meses Findos em 30 de Junho
de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017****(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 15 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de junho de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$98.276 (R\$167.473 em 31 de dezembro de 2016).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 09 de agosto de 2017.

2. CONCESSÕES

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto pelo mencionado abaixo:

Notas Explicativas

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$7.916. A partir de 30 de junho de 2017 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$123.358 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 30 de junho de 2017 o montante de R\$497.538 (R\$569.028 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$677.388 (R\$661.198 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estas obras estão estimadas em R\$107.902.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura deste TAC, a Sociedade, realizará o equivalente à R\$28.200 em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras já estão em andamento e as demais estão no processo de projeto, orçamento e análise da ANTT

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, aprovadas em 15 de março de 2017 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	2.469	2.784
Aplicações financeiras (*)	<u>45.442</u>	<u>9.446</u>
Total	<u><u>47.911</u></u>	<u><u>12.230</u></u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Debêntures compromissadas	13	32
Fundos de investimentos	<u>45.429</u>	<u>9.414</u>
Total	<u><u>45.442</u></u>	<u><u>9.446</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 100,6% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	13.143	12.426	-
Cartões de pedágio a receber	986	711	-
Receitas acessórias a receber (a)	<u>7.794</u>	<u>12.750</u>	<u>1.123</u>
Total	<u><u>21.923</u></u>	<u><u>25.887</u></u>	<u><u>1.123</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25.c.

(a) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

Notas Explicativas

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 é como segue:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.695)	(33.716)	(37.162)	(71.385)
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	1.936	11.463	12.635	24.271
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	(11)	(12)	(2)	(2)
Total	<u>1.925</u>	<u>11.451</u>	<u>12.633</u>	<u>24.269</u>
Despesa contabilizada	1.925	11.451	12.633	24.269
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Diferido	<u>1.925</u>	<u>11.451</u>	<u>12.633</u>	<u>24.269</u>
	<u>1.925</u>	<u>11.451</u>	<u>12.633</u>	<u>24.269</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	257.575	225.216
Provisão de participação nos lucros	1.257	2.307
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	4.548	4.366
Outras Provisões	2.226	1.860
Provisão para manutenção de rodovias	126.179	127.346
Amortização acumulada de obras futuras	6.956	6.085
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	2.135	1.967
Ajuste dos encargos financeiros (receitas acessórias)	86	227
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(4)	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Estorno de capitalização de juros	587	587
Amortização estorno de capitalização de juros	(81)	(65)
Base de cálculo ativa	401.464	369.896
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>136.498</u>	<u>125.765</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(76.678)	(76.678)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	10.552	8.442
Base de cálculo passiva	(66.126)	(68.236)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(22.483)</u>	<u>(23.200)</u>
Base de cálculo	<u>335.338</u>	<u>301.660</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>114.015</u>	<u>102.564</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

Notas Explicativas

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2017	3.702
2018	7.230
2019	12.854
2020	12.854
Após 2021	99.858
	<u>136.498</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 51% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de junho de 2017 o saldo é de R\$26.009 (R\$24.767 em 31 de dezembro de 2016), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 100,6% da variação do CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2016	2.325	1.067	3.769	1.785	8.946
Adições	19	130	1	48	198
Transferências/Reclassificações	9	-	-	13	22
Alienações/Baixas	(1)	(8)	-	(4)	(13)
Saldo em 30.06.2017	<u>2.352</u>	<u>1.189</u>	<u>3.770</u>	<u>1.842</u>	<u>9.153</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(348)	(662)	(2.760)	(561)	(4.331)
Depreciações	(112)	(24)	(170)	(76)	(382)
Alienações/Baixas	1	8	-	3	12
Saldo em 30.06.2017	<u>(459)</u>	<u>(678)</u>	<u>(2.930)</u>	<u>(634)</u>	<u>(4.701)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.977	405	1.009	1.224	4.615
Saldo em 30.06.2017	1.893	511	840	1.208	4.452
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2015	454	1.067	3.260	1.085	5.866
Adições	124	-	113	97	334
Transferências / Reclassificações	-	-	-	270	270
Alienações/baixas	-	-	(38)	-	(38)
Saldo em 30.06.2016	<u>578</u>	<u>1.067</u>	<u>3.335</u>	<u>1.452</u>	<u>6.432</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(260)	(591)	(2.523)	(441)	(3.815)
Depreciações	(24)	(35)	(114)	(58)	(231)
Transferências / Reclassificações	-	-	-	(1)	(1)
Alienações/baixas	-	-	30	-	30
Saldo em 30.06.2016	<u>(284)</u>	<u>(626)</u>	<u>(2.607)</u>	<u>(500)</u>	<u>(4.017)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	194	476	737	644	2.051
Saldo em 30.06.2016	294	441	728	952	2.415
Taxas de depreciação - a.a.	10%	4%	20%	10%	

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.549.099	2.051	188.688	69	1.739.907
Saldo em 31.12.2016	1.849.153	2.967	37.358	649	1.890.127
Adições	62.141	287	23.976	-	86.404
Transferências/Reclassificações	9.097	-	(9.119)	-	(22)
Alienações/Baixas	(2.000)	-	(105)	-	(2.105)
Saldo em 30.06.2017	1.918.391	3.254	52.110	649	1.974.404
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(279.542)	(1.542)	-	-	(281.084)
Amortizações	(49.376)	(228)	-	-	(49.604)
Alienações/Baixas	16	-	-	-	16
Saldo em 30.06.2017	(328.902)	(1.770)	-	-	(330.672)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.569.611	1.425	37.358	649	1.609.043
Saldo em 30.06.2017	1.589.489	1.484	52.110	649	1.643.732
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.549.099	2.051	188.688	69	1.739.907
Adições	28.469	108	22.659	-	51.236
Transferências / Reclassificações	125.735	-	(126.005)	-	(270)
Alienações/baixas	(156)	-	-	-	(156)
Saldo em 30.06.2016	<u>1.703.147</u>	<u>2.159</u>	<u>85.342</u>	<u>69</u>	<u>1.790.717</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(193.528)	(1.113)	-	-	(194.641)
Amortizações	(41.272)	(146)	-	-	(41.418)
Transferências / Reclassificações	1	-	-	-	1
Alienações/baixas	9	-	-	-	9
Saldo em 30.06.2016	<u>(234.790)</u>	<u>(1.259)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(236.049)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.355.571	938	188.688	69	1.545.266
Saldo em 30.06.2016	1.468.357	900	85.342	69	1.554.668
Taxas de amortização - a.a.	3,29%	20%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016. A Administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2017 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No período findo em 30 de junho de 2017, a Sociedade capitalizou o montante de R\$ 1.980 (R\$5.232 em 30 de junho de 2016) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores das dívidas, em 2017 foi de 0,60% a.a. e 1,66% a.a. em 2016.

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	6.576	6.576
Consumo	8.659	8.659
Custos contratuais da concessão	8.876	8.876
Depreciações e amortizações	103	103
Conservação da rodovia	9.473	9.473
Serviços de terceiros	1.837	1.837
Tributários	2.229	2.229
Resultados financeiros	(690)	(690)
Outros gastos	2	2
	<u>37.065</u>	<u>37.065</u>
Amortização acumulada	<u>(31.553)</u>	<u>(29.608)</u>
	<u>5.512</u>	<u>7.457</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>30.06.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de equipamentos – (FINAME) (a)	235	234	235	351
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	56.275	605.617	54.655	575.755
Risco sacado (c)	508	-	-	-
	<u>57.018</u>	<u>605.851</u>	<u>54.890</u>	<u>576.106</u>
Custo de transação	<u>(440)</u>	<u>(4.504)</u>	<u>(490)</u>	<u>(3.798)</u>
	<u>56.578</u>	<u>601.347</u>	<u>54.400</u>	<u>572.308</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.06.2017	31.12.2016
(a)	Real	Finame	6% a.a.	jun/19	Próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias	469	586
(b)	Real	BNDES	TJLP+2,21%	mar/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	532.607	554.201
(b)	Real	BNDES	TJLP+3,25%	dez/29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	129.285	76.209
(c)	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Sem garantia	508	-
						<u>662.869</u>	<u>630.996</u>

Em 30 de junho de 2017, o saldo de R\$508 (Não havia saldo em 31 de dezembro de 2016) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$15.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 30 de junho de 2017, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	28.354
2019	62.957
2020	73.885
2021	80.588
A partir de 2022	360.067
	<u>605.851</u>

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Notas Explicativas

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 30 de junho de 2017 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, em 16 de dezembro de 2016 o BNDES autorizou a quitação, pela Sociedade de mútuos no valor de R\$100.000 e dessa forma, devolver os recursos para Controladora.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	30.06.2017		31.12.2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures	-	69.255	-	65.935
Custo de transação	(20)	(192)	(22)	(194)
Total	(20)	69.063	(22)	65.741

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.06.2017	31.12.2016
4ª emissão - Série única	65.000	IPCA+7,52% a.a.	set/26	69.255	65.935

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor nominal unitário</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
4ª emissão Única	15.05.2016	65.000	1.000	14.11.2016	67.540

O valor justo das debêntures registradas no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

As debêntures da 4ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 30 de junho de 2017 a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2017, o saldo de R\$14.710, (R\$25.477 em 31 de dezembro de 2016), refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$11.790 (R\$10.987 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e as transações realizadas em 30 de junho de 2017 e de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Intervias S.A.	16	-
Total	16	-
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	-	23.755
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	630	1.520
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	3.230	3.715
Total	3.860	28.990
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	-	357.683
Total	-	357.683

	TRIMESTRE					
	30.06.2017			30.06.2016		
<u>Contas de Resultado:</u>	Conservação da rodovia (b)	Despesas / Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(3.507)	(1.564)	-	(16.219)	(1.466)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(2.924)	-	-	(3.395)	-	-
Total	(2.924)	(3.507)	(1.564)	(3.395)	(16.219)	(1.466)

	SEMESTRE					
	30.06.2017			30.06.2016		
<u>Contas de Resultado:</u>	Conservação da rodovia (b)	Despesas / Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(16.407)	(3.242)	-	(31.491)	(2.687)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(5.515)	-	-	(5.514)	-	-
Total	(5.515)	(16.407)	(3.242)	(5.514)	(31.491)	(2.687)

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arcuem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 3ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris S.A, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano. No mês de abril de 2017 a Sociedade liquidou as referidas obrigações com sua controladora mediante emissão de 681.695.828 novas ações ordinária nominativas e sem valor nominal as quais foram totalmente integralizadas na mesma data.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
19.08.2015	21.08.2017	CDI + 1,500% a.a.	-	-	20.000	3.755
			-	-	20.000	3.755

- (d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano. No mês de abril de 2017 a Sociedade quitou as referidas obrigações mediante emissão de 681.695.828 novas ações ordinária nominativas e sem valor nominal as quais foram totalmente integralizadas na mesma data:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
27.10.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	8.022	23
05.11.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	17.000	20.132
28.11.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	12.000	14.009
05.12.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	16.000	18.599
19.12.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	16.000	5.899
08.02.2013	31.12.2019	CDI + 1,700% a.a.	-	-	50.000	26.181
24.06.2013	31.12.2019	CDI + 1,700% a.a.	-	-	25.000	12.085
15.01.2014	31.12.2019	CDI + 1,400% a.a.	-	-	45.000	18.031
25.06.2014	31.12.2019	CDI + 1,400% a.a.	-	-	40.000	13.702
			-	-	229.022	128.661

Além das operações acima mencionadas a Latina Manutenção realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$14.838 (R\$10.914 em 30 de junho de 2016).

No decorrer do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2017, a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 377 e R\$670 respectivamente a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$75 e R\$386 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$452 e R\$1.056 (R\$469 e R\$932 respectivamente em 30 de junho de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de

Notas Explicativas

18 de abril de 2017, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.257 e R\$2.307.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES**Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios**

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 é conforme segue:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	30.06.2017
Cíveis	749	1.623	(211)	(1.374)	787
Trabalhistas	663	366	(158)	(113)	758
Regulatórias (*)	2.954	49	-	-	3.003
Total	<u>4.366</u>	<u>2.038</u>	<u>(369)</u>	<u>(1.487)</u>	<u>4.548</u>

	31.12.2015	Adições	Reversões	Pagamentos	30.06.2016
Cíveis	304	661	(318)	(385)	262
Trabalhistas	250	178	(196)	(155)	77
Total	<u>554</u>	<u>839</u>	<u>(514)</u>	<u>(540)</u>	<u>339</u>

(*) A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico em decorrência de alterações circunstanciais atreladas aos processos sancionatórios, para os quais a Sociedade entende ser necessária a constituição de provisão. Em 30 de junho de 2017, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$3.003 (R\$2.954 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$3.906 em 30 de junho de 2017 (R\$816 em 31 de dezembro de 2016).

Os depósitos judiciais no montante de R\$21.574 em 30 de junho de 2017 (R\$18.475 em 31 de dezembro de 2016) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por autos de infração impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão de manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão de investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante os períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 é conforme segue:

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	31.734	42.171	257	85.175
Adições/Reversões	-	(16.918)	-	12.940
Utilizações	(75)	(1.065)	-	-
Ajuste a valor presente	168	-	-	3.876
Transferências	257	14.078	(257)	(14.078)
Saldo em 30.06.2017	<u>32.084</u>	<u>38.266</u>	<u>-</u>	<u>87.913</u>

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	10.733	-	30.666	93.091
Adições/reversão (a)	(3.509)	(31)	-	16.789
Utilizações	(111)	-	1	-
Ajuste a valor presente	(759)	-	(50)	3.017
Transferências	2.919	7.437	(2.919)	(7.437)
Saldo em 30.06.2016	<u>9.273</u>	<u>7.406</u>	<u>27.698</u>	<u>105.460</u>

- (a) Refere-se à reversão de provisão dos investimentos futuros em sistema de pesagem móvel, conforme ofício expedido pela ANTT número 431/2016/GEINV/SUINF de 12 de abril de 2016, contendo o parecer técnico número 078/2016/GEINV/SUINF.

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2017, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$1.065 (não haviam realizações em 30 de junho de 2016).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 30 de junho de 2017 é de R\$ 1.176.385 (R\$ 726.001 em 31 de dezembro de 2016), compostos por 1.651.387.796 ações ordinárias e sem valor nominal, (878.955.396 em 31 de dezembro de 2016), integralizadas pelo valor de R\$ 1.166.385 (R\$ 706.001 em 31 de dezembro de 2016).

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.07.2016	AGE	Dinheiro	-	-	20.000
20.02.2017	AGE	Dinheiro	42.483.660	26.000	26.000
20.03.2017	AGE	Dinheiro	4.991.681	3.000	3.000
05.04.2017	AGE	Dinheiro	6.655.574	4.000	4.000
18.04.2017(*)	AGE	Dinheiro	36.605.657	22.000	12.000
28.04.2017	AGE	Dinheiro	681.695.828	395.384	395.384
			<u>772.432.400</u>	<u>450.384</u>	<u>460.384</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

(*) Em 18 de Abril de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$22.000, mediante a emissão de 36.605.657 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$ 12.000 em dinheiro até 30 de junho de 2017, e o valor restante de R\$10.000 será integralizado em até seis meses a partir da data da aprovação.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	75.988	150.660	63.271	126.449
Receita de serviços de construção	39.380	84.194	27.999	49.135
Outras receitas	2.913	6.368	2.757	5.522
	<u>118.281</u>	<u>241.222</u>	<u>94.027</u>	<u>181.106</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	118.281	241.222	94.027	181.106
ISSQN	(3.893)	(7.736)	(3.252)	(6.502)
PIS	(550)	(1.097)	(457)	(914)
COFINS	(2.537)	(5.063)	(2.108)	(4.217)
Outras deduções	(53)	(124)	(117)	(247)
Receita líquida	<u>111.248</u>	<u>227.202</u>	<u>88.093</u>	<u>169.226</u>

Notas Explicativas**20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(2.491)	(5.058)	(2.543)	(3.713)
Serviços de terceiros	(504)	(992)	(387)	(799)
Manutenção de bens e conservação	(245)	(492)	(158)	(303)
Depreciação / Amortização	(302)	(603)	(288)	(556)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(783)	(1.669)	146	(325)
Comunicação e marketing	(237)	(401)	(277)	(400)
Seguros/Garantias	(8)	(5)	(4)	(7)
Consumo	(225)	(444)	(234)	(475)
Transportes	(115)	(329)	(145)	(283)
Outros	(386)	(970)	(368)	(743)
Total	<u>(5.296)</u>	<u>(10.963)</u>	<u>(4.258)</u>	<u>(7.604)</u>

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custos de serviços da construção	(39.380)	(84.194)	(27.999)	(49.135)
Com pessoal	(8.194)	(15.883)	(8.416)	(15.939)
Serviços de terceiros	(7.866)	(15.784)	(7.068)	(14.274)
Conservação	(7.198)	(13.945)	(5.762)	(11.898)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(844)	(1.449)	(579)	(1.047)
Consumo	(1.854)	(3.868)	(2.007)	(4.512)
Transportes	(2.164)	(4.334)	(2.041)	(4.125)
Verba de Fiscalização	(3.530)	(7.060)	(3.300)	(6.599)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(896)	(1.543)	(254)	(264)
Seguros / Garantias	(871)	(1.741)	(1.016)	(2.102)
Provisão de manutenção em rodovias	8.122	3.978	(8.447)	(16.758)
Depreciação / Amortização	(25.806)	(51.328)	(22.025)	(42.999)
Outros	(686)	(1.603)	(444)	(2.037)
Total	<u>(91.167)</u>	<u>(198.754)</u>	<u>(89.358)</u>	<u>(171.689)</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	1.540	2.664	1.126	2.142
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	-	2.078	2.520
Outras receitas	-	309	60	1.447
Total	<u>1.540</u>	<u>2.973</u>	<u>3.264</u>	<u>6.109</u>

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(19.473)	(49.023)	(31.651)	(60.672)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2.071)	(3.899)	(2.088)	(4.161)
Outras despesas	(506)	(998)	(630)	(1.629)
Total	<u>(22.050)</u>	<u>(53.920)</u>	<u>(34.369)</u>	<u>(66.462)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.06.2017</u>	<u>30.06.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	14.818	17.332
Integralização de capital – mútuos	395.384	-
Juros capitalizados	1.980	5.232

	<u>30.06.2017</u>	<u>30.06.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(24.063)	(20.240)

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

Notas Explicativas

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Básico/Diluído				
Lucro líquido do período	(3.770)	(22.265)	(24.529)	(47.116)
Número de ações durante período	1.434.029	1.167.483	591.610	556.456
Lucro por ação	(0,0026)	(0,0191)	(0,0415)	(0,0847)

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	30.06.2017				31.12.2016			
		Valor justo por meio de resultados	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	47.911	-	-	-	12.230	-	-	-
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	16	-	-	-	-	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	21.923	-	-	-	27.010	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	-	-	26.009	-	-	-	24.767	-
Outras contas a receber	Nível 2	-	239	-	-	-	261	-	-
Dividendos a receber	Nível 2	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores e cauções	Nível 2	-	-	-	26.500	-	-	-	36.464
Risco sacado	Nível 2	-	-	-	508	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	-	-	657.417	-	-	-	626.708
Debêntures	Nível 2	-	-	-	69.043	-	-	-	65.719
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	-	3.860	-	-	-	386.673
Credores pela concessão	Nível 2	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	-	-	1.177	-	-	-	1.132
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	-	5.424	-	-	-	4.927
Derivativos	Nível 2	-	-	-	-	-	-	-	-
		<u>47.911</u>	<u>22.162</u>	<u>26.025</u>	<u>763.929</u>	<u>12.230</u>	<u>27.271</u>	<u>24.767</u>	<u>1.121.623</u>

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo conselho monetário nacional (CMN).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado**a) Exposição a riscos cambiais**

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 30 de junho de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	8,50%	10,63%	12,75%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(5.887)	(7.358)	(8.830)
Receita de aplicações financeiras	4.859	6.073	7.288
Juros a incorrer líquido(*)	(1.028)	(1.285)	(1.542)
 TJLP	 7,00%	 8,75%	 10,50%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(46.365)	(57.957)	(69.548)
Juros a incorrer líquido(*)	(46.365)	(57.957)	(69.548)
 Juros a incorrer (*)	 (47.393)	 (59.242)	 (71.090)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2017 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$13.143 (R\$12.426 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2017	2018	2019	2020	A partir de 2021	Total
Debêntures - IPCA	12,28%	-	2.546	4.987	5.050	109.612	122.195
Finame	6,00%	129	248	119	-	-	496
BNDES Automático	9,05%	54.221	108.442	111.899	115.953	556.140	946.655
Capital de giro / Risco sacado	17,18%	508	-	-	-	-	508
Fornecedores e Cauções	-	26.500	-	-	-	-	26.500
Outras contas a pagar	-	5.424	-	-	-	-	5.424
Fornecedores partes relacionadas	-	3.860	-	-	-	-	3.860
		<u>90.642</u>	<u>111.236</u>	<u>117.005</u>	<u>121.003</u>	<u>665.752</u>	<u>1.105.638</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	01/07 a 30/09/2017	01/10 a 31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	01/04 a 30/06/2018	Total
Debêntures - IPCA	12,28%	-	-	-	-	-
Finame	6,00%	65	64	63	63	255
BNDES Automático	9,05%	27.110	27.110	27.110	27.112	108.442
Capital de giro / Risco sacado	17,18%	508	-	-	-	508
Fornecedores e Cauções	-	23.194	3.306	-	-	26.500
Outras contas a pagar	-	5.424	-	-	-	5.424
Fornecedores partes relacionadas	-	3.860	-	-	-	3.860
		<u>60.161</u>	<u>30.480</u>	<u>27.173</u>	<u>27.175</u>	<u>144.989</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	165.061

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de junho de 2017 e de 31 de dezembro de 2016 é de R\$3.155.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Autopista Fernão Dias S.A.
Pouso Alegre - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 09 de agosto de 2017
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**Declaração da Diretoria Parecer**

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Thouché Tohmatsu Auditores Independentes.

Declaração da Diretoria DF's

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2017.

Diretoria

David Antonio Diaz Almazán
Diretor Presidente

Juan-Gabriel Lopez Moreno
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no período findo em 30 de junho de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.